# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE E SEUS REFLEXOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS: O CASO DO PARQUE FLAMBOYANT

**Rebecca Micaely Alves Pedrosa**
Doutoranda Universidade Federal de Goiás)
E-mail: rebeccamicaely@discente.ufg.br

**Azarias Severiano Chelengue**
Doutorando Universidade Federal de Goiás
E-mail: azariaschilengue1968@gmail.com

**Priscila de Sousa Leal**
Mestranda Universidade Federal de Goiás
E-mail: spriscila_leal@ufg.br

**Wanessa Santos Silva**
Mestranda Universidade Federal de Goiás
E-mail: wanessa_santos22@outlook.com

**Resumo**:
O presente artigo analisa o processo de produção do espaço urbano Goiano, na ótica do capitalismo, tendo como referência o Parque Flamboyant e seus reflexos nas práticas sociais cotidianas dos diferentes sujeitos das ordens distante e próxima, no que diz respeito ao direito à cidade. Foram analisados estudos de autores que se dedicaram nessa matéria como Bauman (2009), Carlos (2011), Cavalcanti (2008), Oliveira (2011), Prado (2012) entre outros citados nas referências bibliográficas. As nuances da revisão bibliográfica foram sustentadas pela observação direta e não sistemática no Parque, realizada com vista aferir a natureza dos utentes do Parque, bem como as práticas cotidianas. A pesquisa representa o culminar da disciplina de Espaço Urbano, Cidadania e Dinâmica Cultural que decorreu de agosto a dezembro de 2021. Os resultados nos levam a crer que, embora o Parque Flamboyant seja um espaço de direito para todos, a produção do espaço na lógica do capitalismo gera limitantes que variam a ordem no usufruto do Parque, sobretudo para a ordem próxima, nomeadamente limitações financeiras para utilizar cotidianamente os bens e serviços do Parque; as regras impostas pelos proprietários que exploram o Parque, a falta de conhecimento dos usuários em usar alguns serviços do Parque, e as dificuldades de mobilidade até o local, entre outros. Portanto, o Parque Flamboyant, é uma amostra inequívoca da segregação social, no direito à cidade.

**Palavra-Chave:** Parque Flamboyant; espaço urbano; cotidiano; direito à cidade.

## Introdução

No livro *"A Cidade e Seus Sujeitos"* Cavalcanti e Morais (2011) argumentam que a Geografia, como campo do conhecimento, possibilita uma análise sobre práticas sociais a partir da construção de reflexões assentadas na complexidade da estrutura socioespacial das cidades. Neste entendimento, propomos a análise do Parque Flamboyant, considerado um dos principais cartões postais da cidade de Goiânia. Elegemos como situação geográfica a ordem com que os objetos técnicos e as formas de organização chegaram naquele espaço, criando nele um arranjo singular (SILVEIRA, 1999).

O artigo analisa a forma como a sociedade capitalista se apropria e controla a produção do espaço urbano, tomando como referência o Parque Flamboyant. Com efeito, a sociedade capitalista mesmo afirmando ser defensora dos valores mais nobres da cidadania, a exemplo de liberdade pessoal, liberdade de expressão, liberdade religiosa, igualdade perante a lei, proibição de discriminação com base no gênero, raça ou origem, ela se contradiz em muitos dos aspectos. O conhecimento dessa realidade, permite aos professores de Geografia fazerem uma abordagem suscinta dos problemas urbanos tendo como referência os parques**.**

Nesse contexto, o problema levantado é, como a sociedade capitalista mantém-se e reproduz a segregação nos espaços de lazer? O grupo tomou como referências textos indicados pelos docentes da disciplina *"Espaço Urbano, cidadania e dinâmicas culturais - 2021",* do curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás e outros julgados convenientes e identificados na bibliografia final. Como método, utilizamos a observação não sistemática, mas *in loco* e *in sitio.* Com esse trabalho, trazemos ao leitor breve localização do Parque e o contexto do seu surgimento, as práticas sociais cotidianas no uso e apropriação do Parque Flamboyant, o ensino de cidade na geografia a partir de parques urbanos

## O Parque Flamboyant enquanto localização relacional e material

O Parque Municipal Flamboyant situa-se na região sul de Goiânia e região central do Setor Jardim Goiás, entre as Ruas 46, 15, 12, 55, 56, 73, 58-A e Avenida H. Esta unidade de

conservação foi criada na aprovação do parcelamento do Setor Jardim Goiás pelo Decreto nº 18 de 22 de setembro de 1950, posteriormente ratificada pelo remanejamento do Setor Jardim Goiás como "Parque F" pelo Decreto de nº 655 de 15 de outubro de 1981, mais conhecida como área do Automóvel Clube de Goiás, tombada por meio do Decreto de nº 158 de 24 de janeiro de 2000 (OLIVEIRA, 2012).

A estrutura criada demonstrou o esforço do poder público e do setor privado em promover aquela área, atraindo a atenção dos investidores e dos futuros moradores. O Parque Flamboyant (figura 01 e 02) passa a ser desde então divulgado como novo cartão postal para a cidade de Goiânia, um dos símbolos do discurso da qualidade de vida da capital (PRADO, 2012). O caráter segregador do acesso aos imóveis próximos ao parque traz à tona um assunto acerca dos conflitos e tensões inerentes à produção e consumo desses espaços públicos na cidade.

**Figura 01 e 02** - Foto do Parque Flamboyant Lourival Louza, Goiânia, Goiás.
**Fonte**: Autores,2021.

**A produção do Espaço Urbano de Goiânia: uma análise a partir do Parque Flamboyant**

Os estudos de Oliveira (2011) e Prado (2012), mostram que o setor Jardim Goiás foi sendo estruturado a partir dos meados de 1950, num processo continuo que permitiu ao Parque Flamboyant atingir a forma atual em 2007. Este Parque, tal como outros da cidade de Goiânia-

Goiás[1], foi criado como "pulmão" da cidade, aproveitando as condições naturais nomeadamente a brisa gerada pela água do lago e por outro o oxigênio puro liberado pelo espaço verde que corporiza o jardim. Essas condições naturais criam um microclima atrativo da cidade, concorrendo desta forma, para a demanda na ocupação dos espaços em seu redor.

A partir das condições naturais, podemos explicar o processo de produção do espaço público Flamboyant, caracterizado por imponentes empreendimentos. Trata-se na verdade de um rearranjo do espaço do Setor Jardim Goiás, onde intervêm os agentes da produção de espaço, detentores de capital, o Estado, as incorporações imobiliárias e os segmentos sociais.

Portanto, esses empreendimentos, deixam transparecer que no Parque Flamboyant, está instalado a lógica do capital, baseado em negócios que geram fixos e intensos fluxos da população e renda (BAUMAN, 2009). Os fixos são os tais empreendimentos erguidos no espaço do Parque, incluindo o próprio Parque Flamboyant, que de um simples Automóvel Clube, foi retratado como espaço de lazer e de negócio, obedecendo a lógica do capitalismo.

A respeito, Cavalcanti (2008), nota que,

> a valorização de uma área urbana está associada à produção / reestruturação do tecido urbano para a criação de centralidades. É assim que segmentos de alto poder aquisitivo, com a mediação de certos agentes do urbano, procuram a distinção social e o domínio pelo espaço, integrando áreas escolhidas segundo critérios objetivos e subjetivos, o que resulta em sua valorização (p.111).

Entretanto, a geodiversidade dos componentes físico-naturais e dos equipamentos do Parque, deixam transparecer no usufruto, manifestações culturais relacionadas às práticas cotidianas e às representações dos sujeitos que as vivenciam.

Assim, concordamos com Lefebvre (1991, p.46) ao dizer que a cidade se situa como meio termo nessas relações entre a ordem sensível e a ordem distante, ou seja, a cidade como uma mediação entre as mediações "[...] contendo a ordem próxima, que a mantém; sustenta relações

[1]Fora do Flamboyant existe outros parques, tais como Parque Areião, parque Botafogo, Parque Vaca Brava, Lago das Rosas, Bosque dos Buritis, parque gentil Meireles, e Jardim Botânico e outros localizados em bairros periféricos de Goiânia e região metropolitana.

de produção e de propriedade. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata".

Desta maneira as manifestações culturais, realizam-se no plano da vida imediata, na geograficidade e semiologia urbana, ou seja, no sentido/significado que os usuários dão aos fixos e fluxos do parque. Contudo a privatização do entorno do parque, veio conferir nova lógica no usufruto integral desse ambiente, como dissemos, o lazer virou negócio na lógica do capitalismo.

Assim, as ordens distantes, com capacidade financeira para pagar pelos serviços do parque, usufruem de todos os serviços que ele oferece, enquanto as ordens próximas aproveitam os locais comuns ou de livre acesso de forma restrita. Isso foi notório durante a observação. Neste processo, o Parque Flamboyant, resultado da parceria público-privada, tornou-se um equipamento urbano provocador de mudanças a partir de sua instalação e rápida ocupação do seu entorno, gerando uma segregação socioespacial. A respeito Cavalcanti comenta:

> a segregação é um processo por meio do qual classes e grupos sociais vão se concentrando em determinadas regiões ou bairros da metrópole. Ou seja, as classes sociais que podem escolher onde morar na cidade o fazem definindo regiões a serem valorizadas-escolha que obedece a critérios objetivos (como a busca de sítios mais favoráveis a ocupação) e subjetivos (como a seleção de áreas tradicionais pela sua beleza ou por permitir determinada vista) (CAVALCANTI, 2008, p. 110).

Referindo-se a estas articulações políticas-empresariais Serpa (2013) afirma que o destaque dado às áreas verdes públicas aparentemente se dá em virtude dos seus benefícios sociais, ambientais e estéticos, entretanto oculta-se os interesses econômicos, pois estes não são interessantes aos discursos da qualidade ambiental promovido pelo poder público e pelos agentes privados responsáveis em produzir e consumir o espaço. No próximo tópico discutiremos como esses processos de produção do espaço urbano impactam nas práticas cotidianas de uso e apropriação do Parque Flamboyant.

**As práticas sociais cotidianas no uso e apropriação do Parque Flamboyant**

Conforme discutimos, os espaços públicos, como o Parque Flamboyant, têm a capacidade de reorganizar as dinâmicas e arranjos socioespaciais em seu entorno, a partir do momento em

que são implantadas, servindo como instrumento de requalificação e revitalização de setores urbanos desvalorizados e degradados ambientalmente, mas que se tornam interessantes aos investimentos do capital privado (WENZEL, 1991).

É neste sentido que Carlos (2011, p. 64) ao analisar a produção do espaço urbano denuncia que "[...] no Capitalismo o espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade". A autora argumenta que a lógica do capital faz com que o uso (acesso necessário à realização da vida) seja redefinido pelo valor de troca. Este movimento do capital pode ser perfeitamente observado no processo de uso e apropriação do Espaço público do Parque Flamboyant e seu entorno, onde a expansão da mercadoria penetrou profundamente na vida cotidiana e reorganizou-a sob sua estratégia.

É nesta conjuntura que a propriedade privada invade a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, encerrado numa prática socioespacial limitada pela norma como forma legítima de garantir os acessos diferenciados aos bens produzidos. O espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação se torna uma mercadoria (CARLOS, 2011).

Esta interpretação fica clara quando analisamos de forma mais profunda quem são os sujeitos que vivenciam, no seu cotidiano, o Parque Flamboyant. Em uma pesquisa realizada por Prado (2012) e confirmada pelo grupo durante a observação, a fim de identificar o perfil, o deslocamento, a frequência e as representações dos sujeitos que utilizam o parque, constatou-se que a distância, o tipo e o tempo de transporte são determinantes para o acesso da população ao parque.

Para o referido autor, aqueles que se apropriam de fato do parque, são os sujeitos que moram próximo ao parque, ou aqueles que possuem meios de transporte individual capazes de proporcionar acesso rápido ao local. Esta interpretação se justifica em razão da posição do parque em relação às linhas de transporte público. O Parque situa-se em um local de difícil visibilidade, e deste modo a maioria das pessoas que transitam na região, de transporte coletivo, não visualizam o parque, que fica desaparecido por trás dos edifícios que o cercam.

O autor denuncia que mesmo não existindo uma placa proibindo a visitação da parcela pobre da população que depende do transporte público (e que gasta mais tempo no

deslocamento, e consequentemente frequenta menos o parque), a própria forma como o parque foi planejado e sua localização exclui boa parte da população que raras vezes o visita (PRADO, 2012).

Comentando essa dimensão do deslocamento nas práticas cotidianas, Cavalcanti (2008) traz como referência as considerações de Villaça, ao destacar a força do fator deslocamento nos processos de estruturação e apropriação do espaço urbano. Pois o tempo gasto no deslocamento das pessoas para suas diferentes atividades (trabalho, escola, lazer) atua como um fator importante de sua apropriação e de seu uso da cidade. Neste sentido os resultados da pesquisa de Prado (2012) coadunam com o argumento de Cavalcanti ao mencionar que o tempo de deslocamento para esses espaços limitam o usufruto das pessoas mais pobres, em virtude da dificuldade de deslocamento na cidade.

A apropriação do território, na sua dimensão simbólica e material, efetua-se através da prática cotidiana que atenda às necessidades sociais. E é neste sentido, que as práticas de mobilidade podem incluir ou excluir. Assim, eles externam que para a maioria dos trabalhadores, a impossibilidade de incorporação de outras atividades na programação diária, deve-se à quantidade de tempo gasto no deslocamento (BLANCO et. al. 2014).

É importante também destacar que a pesquisa realizada por Prado (2012), no que diz respeito a renda média familiar dos frequentadores do Parque Flamboyant, apontou que apenas 8,3% dos entrevistados declararam possuir renda média familiar de até dois salários-mínimos. Fato, este, que evidencia quem são os sujeitos e as classes sociais que vivenciam o parque no seu cotidiano.

Para compreendermos essa complexidade, Oliveira (2011, p. 94) esclarece que a cidadania assume, entre as classes ou grupos sociais, graus diferenciados de existência, e neste sentido “não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estamos inseridos”. Esta afirmativa se justifica quando pensamos na possibilidade distinta e desigual de acesso aos espaços da cidade pelas diferentes classes sociais redefinindo o direito de quem realmente pode vivenciar a cidade.

Deste modo, considerando que os direitos civis e sociais passam necessariamente por uma menção da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações, infraestrutura, redes

etc.) ou dos seus fixos sociais (Santos, 1987). Constata-se que o direito à cidadania e o direito à cidade tem sido negado para grande parte da população metropolitana de Goiânia e adjacências.

Portanto, não basta observar apenas o plano do cotidiano expresso na paisagem (os deslocamentos, a mobilidade espacial, os fluxos e fixos) também é necessário perceber os diferentes lugares onde as pessoas se instalam, permanecem e se encontram a fim de verificar o acesso aos lugares e seu usufruto pelos diferentes sujeitos (CAVALCANTI e MORAIS, 2011). No próximo tópico discutiremos como o ensino de cidade a partir do estudo de parques públicos podem contribuir para o fortalecimento de uma cidadania ativa.

## O ensino de cidade na geografia a partir de parques urbanos

Compreendemos o ensino de geografia como base para pensar as práticas cotidianas e o universo que nos envolve, Cavalcanti (2019) ressalta que é papel da geografia escolar formar modos de pensar geográficos que ecoem no cotidiano dos sujeitos. Assim, entendemos que os parques urbanos possibilitam a abordagem diversa de temas geográficos, abrangendo desde temáticas sociais, como a segregação espacial, e a temática dos componentes físico-naturais na geografia sendo ainda possível uma análise conjunta desses elementos sociais e físico-naturais.

Ao tratar das temáticas do urbano podem ser abordados temas como uso e ocupação do solo, urbanização, ocupação dos espaços, recortes sociais e segregação espacial. Desse modo o parque será um espaço que dialoga com a realidade do estudante, seja como um reflexo do seu cotidiano, quando o parque já faz parte do dia a dia, ou em oposição a sua realidade vivida, possibilitando assim que os estudantes se apropriem desse espaço.

A noção de cidadania como mencionam Cavalcanti e Souza (2018) de uma forma ampla e multidimensional formulada nos termos de direito a cidade, direito ao usufruto da cidade, direito de habitar a cidade pode ser estimulada e exercida ao se visitar os parques urbanos proporcionando aos estudantes exercerem os seus direitos em ocupar a cidade assim como consolidar o conceito de cidadania.

Cavalcanti (2008) relata que o domínio do espaço se faz no dia a dia pela sua apropriação individual e de grupo, daí o processo de segregação e de valorização de determinadas regiões da

cidade. Os parques urbanos refletem as disputas que permeiam a realidade local e a própria construção da cidade, tornando-se espaços de apropriação e reflexão que vão indicar a lógica de ocupação e disputa existente em outros espaços da cidade, especialmente do espaço público (SILVA, 2019).

Outra temática que possibilita o ensino da cidade nos parques é a cartografia, ao abordar conceitos de linguagem cartográfica; localização, referência e orientação; leitura e interpretação de mapas; produção de croquis e leitura e interpretação do meio. Em tempos da *Era Digital*, na qual, durante os trajetos não se observa mais a paisagem do seu entorno, utiliza-se esse tempo para as mídias digitais, tornando os estudantes alheios aos caminhos da sua cidade, possibilitar que eles se encontrem geograficamente nos parques, promover em sua mente o trajeto daquele local a outro, tornando-o consciente da cidade em que vive.

A paisagem pode ser abordada ao se retratar as dimensões visuais, afetivas e sociais do espaço. Questionamentos como: por que razão o entorno dos parques urbanos é tão valorizado nas cidades, por que algumas regiões possuem parques e outras não, por que determinados parques da cidade recebe atenção do poder público-privado e outros não. Aprender a ler a paisagem e seus contrastes permite ao estudante compreender as relações que influenciam na construção dessa paisagem, abrindo espaço para a compressão das influências históricas e culturais, assim como a abordagem de conceitos como lugar e identidade.

Os componentes físico-naturais podem ser abordados ao relacionar os componentes espaciais que compõem o parque, e suas influências no vivido. A temática do relevo pode ser levantada ao falar sobre uso e ocupação do solo, formação do relevo da região, tipos de relevo e sua influência na morfologia do parque. A hidrografia pode ser abordada ao se constatar a presença, quase sempre comum, de rios ou lagoas nesses locais, permitindo traçar o perfil hidrográfico da região, rios e ocupação do seu entorno. O microclima da região pode ser abordado na climatologia, ao se inserir temas como umidade relativa e conforto térmico. Ao relacionar esses temas à vegetação do local é possível introduzir a biogeografia, ao se retratar o bioma e vegetação presentes no parque, as espécies de fauna e flora ali presentes, inserindo conceitos de preservação, conservação e equilíbrio ambiental, tudo isso integrada às dinâmicas sociais de uso e apropriação, observadas naquele espaço, pelos diferentes sujeitos sociais.

A possibilidade de inserir os parques urbanos na vivência escolar propõe ao aluno conhecer mais da sua cidade, em virtude desses espaços serem socialmente e constantemente transformados pelas dinâmicas históricas e sociais e espaciais. Os parques urbanos podem ser utilizados como ferramentas de ensino de geografia, um espaço de aprendizagem que pode ser constituído a partir, e em conjunto com os estudantes possibilitando-os atuarem como sujeitos ativos do processo aprendizagem. (SILVA, 2019).

**Considerações Finais**

Chegamos ao fim do nosso estudo pelo qual analisamos a produção do espaço na ótica do Capitalismo e seus reflexos nas práticas sociais cotidianas dos diferentes sujeitos, no que tange ao uso e apropriação dos espaços públicos da cidade. Ficou evidente pelo exemplo do Parque Flamboyant que, a ordem urbana global assenta-se na produção capitalista, baseada no lucro, e impacta profundamente na ordem próxima, reorganizando os espaços da cidade e gerando segregação socioespacial entre os que tem e aqueles que não tem direito a cidade na lógica do capital. Neste sentido, diante do acesso e o usufruto seletivo que as diferentes classes sociais têm no/do espaço urbano de Goiânia, este configura-se como um espaço excludente em que o direito à cidade, ou seja, o direito de ter acesso com qualidade aos espaços públicos da cidade está ao alcance de poucos. A exclusão é ligada ao capital para pagar os serviços do parque, a mobilidade de e para o local e no conhecimento para explorar os recursos existentes.

Diante disso, cabe ao professor de Geografia, a tarefa de construir conhecimentos com os estudantes, de modo que estes, ao circularem pela cidade onde habitam, sejam capazes de observar, analisar e questionar as contradições na produção do espaço urbano. E, que ao mesmo tempo, desenvolvam um pensamento geográfico, a partir de uma leitura crítica da realidade, que os impulsionem para o exercício de uma cidadania voltada não apenas para tomada de consciência, mas também para participação e intervenção nesses processos socioespaciais.

**Referências**

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

BLANCO, Jorge; BOSOER, Luciana; APAOLAZA, Ricardo. **Movilidad, apropiación y uso delterritorio: una aproximación a partir del caso de Buenos Aires**. Coloquio Internacional de Geocrítica, XIII. Anais. Barcelona, 2014, p. 1-18.

CARLOS, Ana Fani. **Da Organização à produção do espaço.** In: A condição espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 63-88.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. **Temas da cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão.** In: A Geografia escolar e a cidade. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. **Formação do Pensamento geográfico para orientar práticas espaciais cotidianas.** In: Pensar pela geografia: ensino e relevância social. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza; MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. **A cidade, os sujeitos e as práticas espaciais cotidianas.** In: CAVALCANTI, Lana de Souza; MORAIS, Eliana Marta Barbosa (Org.). A cidade e seus sujeitos. Goiânia. Ed. Vieira, 2011 p 13-30.

CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo. **Geographical Concepts and the Goal of Citizenship Formation Brazilian Researches Concerning Geography Teaching.** In: PINEDA-ALFONSO, J; DE ALBA-FERNÁNDEZ, N; NAVARRO-MEDINA, E. Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity. IGI Global Disseminator of Knowledge, 2018. P 458 – 480. https://www.igi-global.com/book/handbook-research-education-participative-citizenship/203074

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade.** São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **Para compreender o "leviatã urbano" - a cidadania como nexo político-territorial**. In. CARLOS, Ana Fani, et. al (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **Parque Flamboyant: transformação da paisagem urbana em Goiânia/Goiás.** 2012. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, 2012.

PRADO, Douglas António Rocha. **Parque Municipal Flamboyant: Apropriação e usos para lazer. Goiânia, 2012.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2012.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo. Nobel, 1987.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Ana Marília Souza. **Geografando: temáticas e possibilidades para o ensino de geografia nos parques urbanos.** Anais do 14° Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias, ENPEG. p. 3045-3058, 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. **Uma situação geográfica: do método à metodologia.** Território, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 21-28, 1999.

WENZEL, Jurgen. **Uber die geregelte Handhabung von Bildern.** Garten + Landschaft, Munchen, n. 3, pp. 19-24, 1991.